

UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA

**PROCURANDO PELA IDENTIDADE E OS LUGARES DA MEMÓRIA DA
NACIONALIDADE. URUGUAI, 1920-1930**

(Projeto apresentado ao Departamento de História da Universidade Federal do
Ceará, UFC)

Professor Dr. Gerson G. Ledezma Meneses

Fortaleza, 20 de dezembro de 2005.

PROCURANDO PELA IDENTIDADE E OS LUGARES DA MEMORIA DA NACIONALIDADE. URUGUAI, 1920-1930

INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

O principal objetivo da pesquisa a ser proposta neste projeto é analisar a forma como o Uruguai comemorou o seu Primeiro Centenário da Independência em 1930 e o debate ao calor do centenário que se produz desde 1920 entre políticos, historiadores e literatos, na procura pelo “verdadeiro” lugar da memória da nacionalidade uruguaia e a identidade no contexto platino. Porém, para poder abordar o tema queremos ver, grosso modo, a forma como América Latina comemorou o seu centenário da independência e o tipo de metodologia e estratégias teóricas usadas, em trabalho anterior, para interpretar os fatos. Discursos teóricos que, para esta proposta, de novo nos ajudarão na busca de outras interpretações.

O presente trabalho justifica-se na medida que aborda mais um país da área conhecida como Cone Sul e que na minha tese de doutorado não foi possível trabalhar devido à falta de tempo. Agora poderá se ter uma visão mais completa do Prata na comemoração do Primeiro Centenário da Independência. O que nos motiva também é a falta de pesquisas sobre o assunto da identidade e da memória no Uruguai nessa época..

O objetivo geral da minha tese de doutorado, intitulada **Festa e forças profundas na comemoração do Primeiro Centenário da Independência (Estudos comparativos entre Colômbia, Brasil, Chile e Argentina)**, apresentada na Universidade de Brasília em fevereiro de 2000, foi observar a Festa como um momento especial em que os diferentes governos enfrentaram suas crises internas e pautaram suas relações exteriores. Jaime de Almeida salienta que:

Alguém poderia pensar que a festa, um simples epifenômeno, muito pouco teria a dizer àqueles que, estudando as Relações internacionais a partir de outras situações, alcançam conhecimentos mais objetivos e mais eficiente. Poder-se-ia porém, sem desconhecer nem contestar a importância de outros ângulos de observação e problematização das Relações Internacionais, lembrar que a festa reúne as grandes personalidades que representam os Estados e organizações, exhibe o essencial do poder militar e tecnológico destes Estados e organizações, mede a capacidade de mobilização das grandes massas pelos respectivos arsenais

de símbolos e valores e, talvez sem o querer, oferece a outros agentes sociais oportunidades excepcionais de contestação¹

Diante de um conjunto imenso e heterogêneo de fontes primárias, jornais, revistas, livros do Centenário, relatórios, etc., optamos por privilegiar os discursos comemorativos, inspirando-nos em Enrique Plasencia de la Parra que analisou os discursos, arengas, orações ou elogios patrióticos - tantas eram as maneiras de chamá-los - proferidos nas praças de todo o México entre 1825 e 1867, nos quais encontrou

expresadas las ilusiones, las esperanzas, los temores, los complejos, las desilusiones y, en el extremo, el deseo de expiación y holocausto de varias generaciones de mexicanos que veían como la nación se enfrentaba a problemas de enorme magnitud².

Observamos, portanto, à luz do discurso comemorativo, as práticas sociais e políticas das elites frente à imagem interior e exterior de seus países, buscando identificar as *forças profundas* que as condicionavam. Apoiados na bibliografia voltada para a teoria da História das Relações Internacionais, tentamos compreender, em cada um destes países, o movimento operário, o nacionalismo, as migrações, o imperialismo, o espaço, os meios de comunicação, etc. Ou seja, fenômenos apontados por P. Renouvin e J. B. Duroselle como *forças profundas*, pressões diretas e indiretas, o ambiente, a conjuntura econômica e o estado dos espíritos, e, por fim, a pressão social, todo o conjunto constituído pela educação, pelo meio social geográfico, pelos preconceitos de classe, que agem tanto sobre os homens de Estado quanto sobre os outros homens, sem que disso eles se dêem conta³.

Fomos por isto levados a nos preocupar pela psicologia coletiva, a memória e os imaginários, acompanhando a indicação de Amado Luiz Cervo:

as relações internacionais têm componentes históricos que devem ser localizados na antropologia e na psicologia, nas imagens e conceitos que se produzem acerca

¹ Jaime de Almeida, “A Exposição Universal Columbiana. Chicago, 1893” in Sandra Maria Lubisco Brancato & Albene Meneses, **Anais do Simpósio O Cone Sul no contexto internacional**. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1995, p. 139.

² Enrique Plasencia de la Parra, **Independencia y nacionalismo a la luz del discurso conmemorativo (1825-1867)**. México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1991, p. 9.

³ P. Renouvin & J. B. Duroselle, **Introdução à História das Relações Internacionais**. São Paulo, Difusão Européia do Livro, 1967, p. 377.

do estrangeiro, na forma como os agrupamentos humanos se organizam em comunidades, Estados e associações supranacionais⁴.

Partindo destas propostas norteadoras iniciais, identificamos a importância do problema da comunhão entre a Nação e a sociedade na festa comemorativa, tentando medir de alguma forma o grau de adesão dos cidadãos ao Estado, promotor da comemoração. A maioria dos estudiosos se concentram na forma como o Estado, por meio da festa, submete e reforça a obediência e submissão. No entanto, a empatia entre Estado, população e Nação é algo difícil de se estudar nas fontes disponíveis. Benedict Anderson ofereceu-nos uma importantíssima pista:

en los dos últimos decenios se ha escrito mucho acerca de la idea de la familia como una estructura de poder articulada, pero tal concepción es en verdad extraña para la mayor parte de la humanidad. Más bien, la familia se ha considerado tradicionalmente el dominio del amor desinteresado y de la solidaridad. De igual modo, si los historiadores, si los diplomáticos, los políticos y los sociólogos se sienten muy a gusto con la idea del "interés nacional", para la mayoría de la gente ordinaria de todas las clases es el desinterés la esencia de la nación. Justamente por esa razón puede pedir sacrificios⁵

Decidimos por isto privilegiar, na leitura dos discursos comemorativos, os momentos em que se utilizam metáforas da família e do corpo⁶, já que elas estariam apontando na direção dos obstáculos mais graves à criação, aprofundamento ou recriação do nacionalismo e do patriotismo. Na tentativa de ultrapassar abordagens demasiado sistêmicas ou generalizadoras, decidimos observar as relações entre a capital e algumas províncias no Brasil e na Colômbia, perguntando se a memória era coletiva⁷ ou se, pelo contrário, apresentava-se dividida⁸ em torno dos lugares de memória nacional⁹. Isto nos

⁴ Amado Luiz Cervo, "Relações Internacionais do Brasil" in Amado Luiz Cervo (org.), **O Desafio Internacional**. Brasília, Editora UnB, 1994, p. 14.

⁵ Benedict Anderson, **Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México, FCE., 1993, pp. 202-203.

⁶ Demétrio Magnoli, **O Corpo da Pátria. Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo, Unesp/Moderna, 1997.

⁷ Maurice Halbwachs, **A Memória Coletiva**. São Paulo, Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

⁸ Alessandro Portelli, "O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum" in Janaina Amado & Marieta de Moraes Ferreira (orgs.), **Usos e abusos da História Oral**. 2ª Ed., Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 103-130.

⁹ Pierre Nora, "Entre Mémoire et Histoire. La problématique des lieux" in Pierre Nora (org.), **Les Lieux de Mémoire** (1). Paris, Gallimard, 1997, pp. 23-43.

levou à questão das relações entre região e nação e ao problema da macro-região¹⁰. Segundo Edmundo Heredia, os estudos sobre o nacionalismo na América Latina

têm sido encarados com notória profusão, mas, desde a perspectiva exclusiva da nação, porém, são muito poucos os esforços que partem do pressuposto da existência de um processo comum para a grande região (...) O objetivo tem sido distinguir, afastar, particularizar e, no plano das histórias nacionais paradigmáticas, até destacar as glórias nacionais em seu contraste e confrontação com as outras nações¹¹.

Que papel desempenharam os imaginários nas festas do Primeiro Centenário da Independência? Na tentativa de avaliar sintomas de decadência das elites políticas e econômicas, se as camadas menos favorecidas oferecem resistência ou, melhor dito, se as festas incentivam seu imaginário à procura de mudanças radicais, adotamos as abordagens teóricas que concebem o imaginário como algo criado para satisfazer desejos, para "preencher, fechar, cobrir o que é necessariamente abertura, clivagem, insuficiência do sujeito"¹². Também adotamos a perspectiva apresentada por Cornelius Castoriadis para a abordagem do ritual. Se a construção do nacionalismo, da identidade, está perpassada pelos processos do imaginário, pelo ritual, pelo simbólico, então não cabem hierarquias, o melhor e o pior do ritual, o que tem mais ou menos importância:

num ritual não existe nenhum meio de diferenciar, através de quaisquer considerações de conteúdo, o que importa muito e o que importa menos. A colocação no mesmo plano, do ponto de vista da importância, de tudo o que compõe um ritual é precisamente o indicador do caráter não racional do seu conteúdo¹³.

Neste ponto retomamos Benedict Anderson a propósito da festa cívica, quando se refere a hinos, por meio dos quais se pode experimentar a unissonalidade, a realização física da comunidade imaginada em forma de eco¹⁴, para considerar que, neste processo de identificação e de incorporação à pátria por meio do ritual, o indivíduo, o grupo, a multidão não estariam em total desvantagem frente ao Estado. Estariam capacitados a exigir respeito, melhores atenções a seus desejos. Seu posto na rua, esperando passar o

¹⁰ Edmundo Heredia, "Una aproximación teórica a los conceptos de "nación" y de "espacios regionales" en la configuración de las relaciones internacionales latino americanas" in Amado Luiz Cervo & Wolfgang Döpcke (orgs.), **Relações internacionais dos países americanos. Vertentes da História**. Brasília, EdUnB, 1994, pp. 9-17.

¹¹ Idem., p. 9.

¹² Cornelius Castoriadis, **A Instituição Imaginária da Sociedade**. São Paulo, Paz e Terra, 1996, p. 331.

¹³ Idem, p. 144.

¹⁴ Anderson, **op. cit.**, p. 204.

cortejo, está fixado pelo ritual, de modo que até mesmo sua simples presença ou ausência é parte de uma complexa teia de leituras e apropriações. Uma nação é uma comunidade simbólica e é isso que explica seu poder para gerar um sentimento de identidade e lealdade¹⁵.

Na maioria dos estudos, vemos como escudos, bandeiras, o hino nacional, os monumentos, e outros símbolos são usados pelas elites para, promovendo a comunhão dos sentidos e sentimentos, inculcar sua dominação, de cima para baixo. Observamos, na festa comemorativa do Primeiro Centenário da Independência, que em muitos casos essa comunhão é muito mais importante para a coesão no interior da elite, ou entre diferentes grupos elitistas, num sentido horizontal. Neste caso, o canto à bandeira, o juramento, o hino, dramatizações do amor à pátria, as manifestações de orgulho pelas fronteiras, pelo museu, pela geografia e pelos monumentos em geral podem sinalizar negociações de reciprocidade entre governo e povo. Por outro lado, nos rituais cívicos do Centenário, especialmente na Colômbia, encontramos surpreendentes analogias com o ritual católico, indicando a importância do tema da transferência de sacralidade, muito estudado em função da revolução francesa¹⁶. Se bem essa coesão entre elites fazendo uso de símbolos e de imagens foi constatada até 1910 quando os países latino-americanos comemoraram o seu Centenário da Independência, a grande pergunta é como no Uruguai de 1930 ao calor do Centenário esses mecanismo da nacionalidade foram colocados em andamento. Num país que já havia vivido uma etapa populista desde 1904 quando assume o poder José Batle y Ordóñez e o Estado tenta criar um novo tipo de nacionalismo? Num país que ao comemorar cem anos de independência, junto com América Latina enfrenta a crise gerada em 1929?

Agora bem, neste trabalho abordamos o tema da Identidade como um processo e "em vez de falar da identidade como uma coisa acabada, deveríamos falar de identificação, e vê-la como um processo em andamento. A identidade surge não tanto da plenitude da identidade que já está dentro de nós como indivíduos, mas de uma falta de inteireza que é "preenchida" a partir de nosso exterior, pelas formas pelas quais nós imaginamos ser vistos por outros"¹⁷. Assim, nós precisamos definir-nos, encontrar-nos como comunidade, quando faz falta faz-lo. Lembramos a Castoriadis ao afirmar que desejamos aquilo que faz falta. Ai está o imaginário para preencher esse vazio, essa "falta

¹⁵ Stuart Hall, **As Identidades Culturais na Pós-Modernidade**, Rio de Janeiro, DP&A, 1997, p. 53.

¹⁶ Mona Ozouf, **La fête révolutionnaire. 1789-1799**. Paris, Gallimard, 1976. Ignasi Terradas Saborit, **Religiosidade na revolução francesa**. Rio de Janeiro, Imago, 1989.

¹⁷ Ibid., p. 42.

de inteireza". E esse preenchimento vem de fora, porque faz falta aquilo que existe, aquilo que achamos que os outros estão falando que somos, da maneira como achamos que os outros já tem construído a imagem de nossa identidade, identidade que é um discurso, uma imagem; "uma cultura nacional é um discurso, um modo de construir sentidos que influencia e organiza tanto nossas ações quanto a concepção que temos de nós mesmos"¹⁸.

De outra parte, mais no mesmo caminho, já encontramos que a identidade é uma continuidade, não uma coisa acabada; se re-atualiza, reaviva e luta para sobreviver quando está ameaçada por identidades mais abrangentes, ou quando se tenta reduzi-la. A identidade faz parte da ritualização que constantemente precisa ser feita pelo Estado nacional para poder seguir-se construindo. Neste trabalho destacamos a Identidade regional e nacional. Desde a região se oferece grande resistência à identificação nacional que quer submete-la, ou por identidades rivais. No Brasil, as diferentes regiões lutaram para re-atualizar sua identidade, indo contra identidades que tentavam ligá-las ao entorno nacional, tirando delas seu papel na história configurativa da identidade nacional, na tentativa do governo Pessoa por unificar a memória.

A identidade regional e nacional, pode-se estudar como uma nova maneira de identificação da região e da nação, justamente na conjuntura de 1922. Se bem já existem trabalhos que abordam a questão da identidade no entorno do Centenário para o caso brasileiro¹⁹, foi preciso estudar esta questão justo no ano de 1922, porque já sabemos que a identidade é uma questão que está em constante mudança, mesmo porque "as sociedades modernas são, portanto, por definição, sociedades de mudança constante, rápida e permanente. Esta é a principal distinção entre as sociedades "tradicionais" e as "modernas"²⁰.

Para terminar, é bom colocar a apreciação que faz Eduardo Devés Valdés sobre a categoria Identidade latino-americana: "el desarrollo del pensamiento latinoamericano contemporáneo puede ser entendido como la oscilación entre dos motivaciones básicas: la tendencia modernizadora y la identitaria. Lo modernizador es el énfasis en lo científico tecnológico, la imitación de los países más desarrollados, el deseo de ponerse al día, la apertura al mundo, el desprecio de lo autóctono; lo identitario es el énfasis en la defensa de lo propio: cultura, etnia, economía, tierra, etc., el énfasis en el encuentro consigo

¹⁸ Ibidem, p. 55.

¹⁹ Marly Silva da Motta, **A Nação faz 100 anos: a questão nacional no centenário da independência**, Fundação Getúlio Vargas-CPDOC, Rio de Janeiro, 1992,

²⁰ Stuart Hall, op. cit., p. 15.

misma como cultura o como continente, el acento en la justicia y en la distribución más que en la eficiencia o en la productividad, el deseo de encontrar un camino o un destino apropiado"²¹. A través destas alternativas de análise entendimos as exposições universais feitas em Buenos Aires e Santiago do Chile, 1910 e no Brasil, 1922. Ainda mais quando "las primeras décadas del siglo corresponderían a una inspiración más identitaria de énfasis primero en una cultura propia (ariélismo)"²². Porém, como veremos na formulação de nosso problema, o Uruguai da década de 1920 já não tenta se inserir pelos labirintos da identidade senão da modernidade. Atrás vai ficando o Ariel.

SOBRE A CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA E HIPÓTESES

A análise feita para o caso chileno, colombiano, argentino e brasileiro serve de base comparativa e, assim, nos deparamos com as diferenças históricas entre a história do Uruguai e as nações que comemoraram o seu centenário no começo do século XX.

Demetrio Magnoli, no seu estudo sobre o imaginário geográfico e a política exterior brasileira,²³ propõe novas abordagens na interpretação da política exterior luso brasileira, focalizando sua análises nos mitos fundadores da nacionalidade e do Estado brasileiro no século XIX. Para tanto recorre à imagem que os bandeirantes e o Império Português construíram do território brasileiro desde sua chegada em 1500. O mito da Ilha Brasil teria agido como ponto de avançada na construção dos novos imaginários, norteando a conquista de novos espaços, ultrapassando os limites impostos pelo Tratado de Tordesilhas, pois pensava-se que Brasil já existia, inclusive, antes de 1500, e que os contornos do corpo dessa nova pátria estavam demarcados pelas águas do Amazonas e do Prata com seus afluentes. Posteriormente a União Ibérica, 1580-1640, teria funcionado como incentivo para novas passagens ao território espanhol. E aqui devemos destacar que o território da região conhecida como Banda Oriental (Uruguai) se converteria, a diferença de outros territórios supostamente espanhóis, no eixo das disputas entre os dois impérios ibéricos. A Banda Oriental estaria inserida no imaginário geográfico do território brasileiro e os homens da colônia como os do século XIX, incluindo o Barão de Rio Branco, teriam tentado por todos os meios defender a imagem da Ilha Brasil frente aos vizinhos do Prata e dos países andinos. À diferença dos outros

²¹ Eduardo Devés Valdés, "El concepto de identidad en las ciencias humanas y en la política", in: **Textos de História**, Brasília, UNB, Vol. 4, N° 1, 1996, p. 188.

²² Ibid., p. 188.

²³ Demetrio Magnoli, **O Corpo da Pátria, Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Unesp, Moderna, 1997.

territórios como Amazonas ou Mato Grosso, o lugar da disputa se concentraria quase que exclusivamente no Uruguai, conhecido na época como Banda Oriental.²⁴

A tentativa de alcançar o Rio da Prata para assegurar a fronteira imaginária do corpo da Ilha Brasil ou bem seja os interesses pela navegação rumo a Mato Grosso e Peru, teriam influenciado então a fundação, por parte do Império Português, da Colônia do Sacramento em 1680. Assim, não apenas teriam acesso ao rio senão também às províncias argentinas: Corrientes, Misiones e Entre Rios, assegurando com isso o controle sobre as vias de comunicação entre Buenos Aires e o Alto Peru, garantindo aos portugueses a chave do comércio e do contrabando dos produtos hispano-americanos. A Colônia do Sacramento entrelaçou a disputa colonial americana com os conflitos dinásticos europeus de início do século XVIII. A disputa pela Colônia do Sacramento provocou a fundação de Montevidéu pelos castelhanos em 1726, com a finalidade estratégica de isolar a Colônia. A eclosão de um novo ciclo de confrontos militares entre as duas Coroas, entre 1735 e 1737, determinou a fundação do povoado luso de São Pedro (atualmente, o centro portuário de Rio Grande), que se tornou o marco original do povoamento do Rio Grande do Sul. Depois foram criadas as capitanias do Rio Grande e de Santa Catarina. O Tratado de Madri de 1750 marcou o início da vitória do Império Português e a anexação das províncias de Mato Grosso e Amazonas, tendo que abandonar, de todas as maneiras, as pretensões sobre a Colônia do Sacramento. Tratado que se converteria no mito fundador do Estado brasileiro ao longo do século XIX. Esse tratado negociado por Alexandre de Gusmão, viria a ser anulado e modificado pelos dois tratados de limites da segunda metade do século (El Pardo, 1761; Santo Ildefonso, 1777), mas acabaria praticamente confirmado pelas decisões do Tratado de Badajós, 1801, combinado aos resultados da campanha militar completada em agosto do mesmo ano, com a derrota das forças espanholas em São Miguel e a transferência para Portugal dos Sete Povos das Missões. Porém, um problema ainda persistiria ao longo do século XIX e começo do XX: o corpo da pátria imaginado pelos portugueses e brasileiros não era esse. A Banda Oriental fazia parte do mito da Ilha Brasil e daí se derivariam os conflitos posteriores a Badajós²⁵.

Os luso-brasileiros continuaram, dessa forma, a infiltrar-se na margem leste do rio Uruguai, a Banda Oriental, onde as condições se apresentavam mais favoráveis ao

²⁴ Outros estudos focalizam a origem do conflito no Prata, entre Portugal e Espanha, nos interesses meramente geopolíticos ou econômicos como Luiz Alberto Moniz Bandeira, **O expansionismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

²⁵ Como já se falou, este processo pode-se consultar em Magnoli, **op. Cit.**, capítulos II e III.

desenvolvimento da pecuária e dos seus derivados, em particular o charque. E a disputa em torno da região recrudescceu com a transferência da Corte de Lisboa para o Brasil. O Príncipe Regente, D. João, sonhava com a possibilidade de fundar um poderoso império na América e acreditou que poderia reunir sob o mesmo centro os Estados do Brasil e as colônias da Espanha, submetida, na época, por Napoleão Bonaparte. O Governo português se preparou para invadir não apenas a Banda Oriental, mas também o outro lado do Rio da Prata e ocupar Buenos Aires. Segundo o plano, os paulistas marchariam sobre Assunção, Corrientes e Misiones, unindo-se depois às forças de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro, no ataque a Montevideu onde 2000 homens da esquadra inglesa, comandada pelo Vice-Admirante Sir Sidney Smith, desembarcariam a fim de cortar as comunicações com Buenos Aires. A evolução da guerra na Europa modificou os planos e a Inglaterra, tendo em vista uma possível aliança com a Espanha e um rompimento desta com a França, impossibilitaram a invasão portuguesa. Ao mesmo tempo não era adequado que os portugueses ficassem com toda a costa do Atlântico Sul e a sua influência total sobre o Prata.

Porém, frente ao recrudescimento das manobras de José Artigas no Uruguai e seus projetos revolucionários e de reforma agrária, que ameaçaram alastrar-se até o Rio Grande de São Pedro, o Império luso interveio no conflito, para defender a praça de Montevideu, governada pelo Vice-Rei Francisco Javier Elío. Ao ocupar o Uruguai em 1811, o General Diogo de Souza não escondeu o propósito de se apoderar de toda a zona de pastagens de várias regiões da Banda Oriental. De novo as pressões inglesas conseguiram que as tropas portuguesas foram retiradas da Banda Oriental e de Buenos Aires que, de todas as maneiras, não haviam detido o processo independentista contra Espanha iniciado a 25 de maio de 1810, desde Buenos Aires. O movimento de Artigas, que não se contentara com a continuação do domínio espanhol sobre Montevideu, recobrou maior ímpeto e vigor, em meio das contradições sociais e políticas não resolvidas, antes acentuadas pela intromissão portuguesa na Banda Oriental. A luta de Artigas apresentava, na verdade, um caráter mais popular e colimava um projeto de transformação ainda mais radical que a da Revolução de Maio.

Era uma insurreição rural, conduzida pelos próprios homens do campo, com um programa político que aspirava à constituição de uma República Federal, respeitando-se a autonomia e a igualdade de todas as Províncias do Rio da Prata. A certa altura, ele incitou os gaúchos do Rio Grande de São Pedro e os escravos negros à revolta contra Portugal, numa tentativa de atraí-los para o seu lado,

como já o fizera anteriormente com os indígenas, particularmente os guaranis das Missões, que formavam uma força especial do seu exército²⁶.

Artigas, denominado Protetor dos Povos Livres pelas Províncias de Santa Fé, Corrientes, Entre Rios, Misiones e Córdoba apoiava a luta pela libertação nacional na revolução agrária e se opunha à hegemonia de Buenos Aires e à sua pretensão de conservar o monopólio sobre o comércio do Rio da Prata. O Governo português, empenhado em conservar o *status quo*, não podia tolerar, conseqüentemente o triunfo de Artigas, o triunfo da subversão republicana ao sul da Província do Rio Grande de São Pedro, pelos riscos que importava para a escravidão e a monarquia, fundamentos da ordem social e política do Brasil. Assim, quando a supremacia de Artigas se estendeu a Montevideú, em 1815, D. João VI, arrependido do armistício de 1812, preparou-se para ordenar mais uma vez a invasão da Banda Oriental. E o fez após a declaração da independência das Províncias Unidas pelo Congresso de Tucumán, em 9 de julho de 1816, fato que tornava o processo revolucionário na região do Rio da Prata ainda mais perigoso para os interesses de Portugal. Para Buenos Aires, a entrada dos portugueses na Banda Oriental beneficiaria seus projetos econômicos, pois foi substituído o monopólio de Madri sobre as rendas aduaneiras pelo de Buenos Aires. Também no Uruguai haviam vários setores interessados na invasão portuguesa que acabaria com a pretendida reforma agrária de Artigas. Apenas os homens do campo, os gaúchos rebeldes, índios, escravos foragidos e libertos, bem como os que esperavam apossar-se de terras abandonadas, em suma, somente as camadas mais baixas e menos favorecidas da população apoiaram Artigas até a sua derrota em 22 de janeiro de 1820. Inglaterra e Espanha opuseram-se à invasão e pressionaram João VI a retirar as tropas, porém, a pesar de todos os obstáculos, em 1821, este decide oficializar a anexação da Banda Oriental ao Brasil, com o nome de Província Cisplatina. O descontentamento se generaliza e em 19 de abril de 1825, Juan Antonio Lavalleja e mais trinta e dois soldados, sustentados pelos estanceiros de Buenos Aires, desembarcaram em Agraciada, à margem esquerda do rio Uruguai, e iniciaram a sublevação contra o domínio do Brasil, que conservava a Banda Oriental como Província Cisplatina, quando se separou do Reino de Portugal e se constituiu como Império autônomo e politicamente soberano. Vários patriotas uniram-se ao movimento, inclusive do outro lado do Rio da Prata, dentre os que se encontrava Fructuoso Rivera antigo desertor do exército de Artigas, que se havia unido ao Imperador do Brasil e agora rompia juramento para unir-se a Lavalleja. Assim, a Assembléia de Florida, em 25 de

²⁶ Luiz Alberto Moniz Bandeira, **op. Cit.**, 61.

agosto de 1825, declarou írritos, nulos, dissolvidos e sem nenhum valor todos os atos que formalizavam a anexação da Banda Oriental pelo Império do Brasil.

Desse modo, quando a notícia da Assembléia de Florida e da formação de um governo uruguaio independente chegou em Buenos Aires, a população prorrompeu em hostilidades ao Império do Brasil e atacou o seu Consulado. A vitória das forças de Lavalleja aumentou ainda mais o fervor nacionalista e revolucionário dos portenhos, com o recrudescimento das manifestações contrárias à atitude conciliadora do Governo de Buenos Aires, particularmente do Ministro das Relações Exteriores. O Governo do Brasil, a cujo exercito Lavalleja infligia serias derrotas, respondeu com a declaração de guerra, em 10 de dezembro de 1825, e, sete dias depois decretou o bloqueio do Rio da Prata. Isto fez com que Buenos Aires tentasse fomentar uma insurreição no Rio Grande de São Pedro contra o Império e estimulou os generais revolucionários, tais como Sucre, Santander e Bolívar, que promoveram a libertação das colônias espanholas, para que lançassem uma ofensiva contra o Império, visto por eles como um braço da Santa Aliança. Frente ao desenvolvimento dos fatos e recrudescimento da guerra no Prata, Inglaterra decidiu agir para acabar com o conflito. Em 1827 Fructuoso Rivera invadiu o território brasileiro de Missões. E, como o Império do Brasil já perdera 8.000 homens e gastara com a guerra o equivalente a 48.000 contos-ouro, D. Pedro I anuiu às bases da mediação proposta por Lord Ponsonby e autorizou a assinatura, em 27 de agosto de 1828, da Convenção Preliminar de Paz, pela qual recuperava o território das Missões e outorgava a independência à Banda oriental, transformando-a na República do Uruguai, o Estado-tampão, que a Grão Bretanha colimara. Ao tempo que ficava sob a proteção das Províncias Unidas e do Império, ao consagrar o direito de ambos os países intervir nos seus problemas internos, como daí para frente aconteceria até o século XX. Em 18 de julho de 1930 era jurada a Constituição da nova República do Uruguai²⁷

O Uruguai teria que enfrentar forte instabilidade econômica e política após a sua independência. Jhon Lynch assegura que após a independência, o Uruguai possuía uma economia pastoril, um comercio de exportação, um porto internacional e uma constituição liberal. Esses ativos foram primeiramente dissipados e posteriormente espoliados. Os uruguaio começaram a lutar entre si pelos recursos de seu país. A luta pela terra era renhida, na qual os *estancieros* mais antigos procuravam garantir suas

²⁷ Sobre estes processos, pode-se consultar, além de Moniz Bandeira, **op. Cit.**, e Demetrio Magnoli, **op. Cit.**, Alfredo Castellanos, **La Cisplatina, la Independencia y la República Caudillesca (1820-1838)**. Montevideu; Ediciones de la Banda Oriental, 1975; Amado Luiz Cervo & Mario Rapoport, **Historia do Cone Sul**. Brasília: UNB; Revan, 1998; Tulio Halperin Donghi, **Historia Contemporânea de America Latina**. Buenos Aires: Alianza, 1986.

posses e os recém-chegados brigavam por um quinhão. Os homens colocavam-se sob a proteção dos caudilhos locais, e esses, dos caudilhos maiores, formando os bandos, ou partidos, de dois candidatos rivais ao poder, os colorados e os blancos. O resultado foi a Guerra Grande, que começou como uma disputa pelo controle do Uruguai entre os dois principia caudilhos, Manuel Oribe (blanco) e Fructuoso Rivera (colorado), e tornou-se com a queda de Oribe, em outubro de 1838, uma guerra internacional com a intervenção francesa, inglesa, das Províncias Unidas e do Brasil, a favor ou em contra de Oribe ou Rivera, em detrimento do Uruguai que todos queriam explorar. Em 1851 chegaram à conclusão que não havia vencido nem vencedor e fizeram as pazes. Desta forma decidiram-se aliar contra Rosas que seria derrotado em 1853, porém, antes haviam assinado um tratado super desfavorável com Brasil, pelo qual cedia direitos territoriais, concedia uma hipoteca sobre os direitos alfandegários e permitia o livre transito do gado do Uruguai para o Brasil. A Guerra Grande havia deixado o país arruinado totalmente e a sombra ameaçadora do Brasil pairava sobre todo o país. Na década de 1850, um grande número de brasileiros, vindos do Rio Grande do Sul, entraram num Uruguai vazio, comprando em seu caminho centenas de estâncias, seguidos pelos ingleses e por outros europeus. O exercito brasileiro ficaria em território uruguaio e a população do vizinho país no Uruguai seria de 15%, enquanto que eram os donos de 30% do território, num período em que a Argentina sofria enfrentamentos entre Buenos Aires e as províncias, especialmente entre Urquiza e Mitre até 1862 quando acontece definitivamente a unificação do país. A partir daqui a Argentina olharia com mais força sobre o Uruguai para defender os seus interesses que o Brasil detinha com amplitude.

O presidente Bernardo Berro (1860-64), nesse mundo de predadores, tentou aliança com outro dos “fracos” do Prata, o Paraguai, para poder enfrentar também o inimigo interno Venâncio Flores (caudilho do partido colorado) que em 1863 invade o Uruguai a partir da Argentina, com ajuda de Mitre, vários simpatizantes de Buenos Aires e da marinha Argentina para transportar homens e armas pelo rio Uruguai. Era apoiado também pelos *estancieros* da fronteira do Rio Grande do Sul e esperava obter através deles o apoio do imperador do Brasil. Entretanto, Berro havia assinado um tratado com Solano López e em caso de uma invasão brasileira na tentativa de defender os interesses dos brasileiros na aliança com Flores, o Paraguai se comprometia atacar. Em setembro de 1864, as forças brasileiras entraram no Uruguai em socorro de Flores. Em fevereiro de 1865 Flores toma Montevideu e oferece um país liberal, estável e amistoso para a Argentina e para o Brasil. Assinaram o Tratado da Tríplice Aliança contra o Paraguai que

acabava de invadir o Mato Grosso como retaliação pela invasão brasileira contra o seu aliado o Uruguai. Estava assim deflagrada a Guerra do Paraguai.

O período de guerra (1865-1870) foi para o Uruguai de altas e baixas da sua economia e instabilidade política, especialmente durante a guerra civil de 1870. A partir de 1875 o pior havia passado. Agora o Uruguai estava preparado para ingressar numa fase de modernização e desenvolvimento²⁸. Os seus inimigos continuavam a existir: o Brasil fortemente debilitado em todos os sentidos após a Guerra e a Argentina voltada para o seu interior na pretensão de construir um Estado nacional forte, sem retirar os seus olhos do seu eterno rival, o Brasil. No final, tanto Paraguai como o Uruguai continuariam sendo, até bem entrado o século XX, os dois países tampões que resguardariam os interesses das duas potências do Cone Sul²⁹. Ao finalizar a primeira década do século XX, “visto da perspectiva do Rio da Prata, o Brasil aparecia como uma totalidade incompleta, cuja coerência social e territorial dependia da incorporação do Uruguai e do Paraguai. Porém, histórica e territorialmente, a Argentina enxergava a si própria como um Estado amputado, ao qual faltavam precisamente esses dois fragmentos”³⁰.

Para facilitar a análise posterior, devemos mostrar o papel desempenhado pela fronteira entre o Uruguai e o Rio Grande do Sul. Esse corredor internacional, desde o processo de independência do país platino, converteu-se em cenário por onde ocorreria trocas econômicas, políticas e militares em cada um dos acontecimentos históricos mais importantes ao longo do século XIX e, incluso, XX. Assim, por exemplo,

entre 1835 e 1845, Río Grande del Sur se mantuvo en guerra contra el Imperio. Los jefes militares de los rebeldes – como el estanciero de la frontera Bento Gonçalves y Antonio de Souza Netto – habían consolidado su carrera militar durante las campañas en la Cisplatina, eran responsables por la vigilancia en las fronteras del límite sudeste y por aquel entonces, también definían sus lealtades respecto de las facciones enfrentadas en Uruguay”.³¹

Lealdades que se verão explícitas durante a Guerra Civil uruguaia onde os protagonistas da Farroupilha se definiriam a favor ou contra dos líderes platinos, bem

²⁸ Este assunto está muito bem explicado em John Lynch, “As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai”, in Leslie Bethel (org.), **Historia da América Latina**, vol III, **Da Independência até 1870**. São Paulo-Brasília: Edusp, FUNAG, Imprensa Oficial, 2001., pp. 625-692.

²⁹ Uma visão ampla sobre o tema do Paraguai e Uruguai como países tampões está brilhantemente desenvolvida na tese de doutorado de Francisco Monteoliva Doratioto, **As relações entre o Brasil e o Paraguai (1889-1930): Do afastamento pragmático à reaproximação cautelosa**. Brasília: UNB, 1997.

³⁰ Demetrio Magnoli, **op. Cit.**, p. 237.

³¹ Julia Valeria Chindemi, **Las tradiciones de frontera internacional en Río Grande del Sur: un análisis en la larga duración**. Brasília: UNB, Dissertação de Mestrado, 1999, p. 49.

seja, uruguaios ou argentinos. Sabe-se que a Confederação Argentina liderada por Juan Manuel Rosas interveio na Guerra Grande uruguaia (1839-1851) onde se enfrentaram as duas correntes políticas: blancos e colorados, liderados por Manuel Oribe e Fructuoso Rivera, respectivamente. Numa primeira etapa, os farrapos outorgam o seu apoio ao uruguaio Manuel Oribe, porém, posteriormente se deslocam frente ao colorado Rivera, chefe do governo, aos que se juntam os opositores a Rosas, os unitários comandados por Juan Lavalle; do lado do Império ficariam o uruguaio Oribe e o argentino Rosas. A partir de 1850 a defesa das propriedades brasileiras em território uruguaio seriam o pretexto para a intervenção do Império na República Oriental, dando passo à intervenção em 1851 e posteriormente em 1864 quando eclodiria a Guerra do Paraguai. A instauração do regime republicano no Brasil não mudaria as coisas na fronteira entre o Rio Grande do Sul e o Uruguai, pelo contrário, voltaria a servir de cenário durante a Guerra Civil do Estado sulino, 1893-1895. A partir desta crise o Uruguai se iria convertendo na pedra no sapato do regime republicano, pois os opositores à nova ordem brasileira aproveitariam a campanha uruguaia para desenvolver suas atividades rebeldes.

Quando Julio de Castilhos assume o poder do Rio Grande do Sul, em 1892, inicia uma fase de perseguição sem trégua a seus opositores, o que provoca uma maciça emigração dos federalistas ao Uruguai, território no qual seria gestada a estratégia revolucionária dali em diante. Lembremos que o grande chefe federalista Gaspar Silveira Martins mantinha boas relações tanto com o Partido Blanco, que tinha muita força ao longo da fronteira norte, quanto com os colorados, então no poder. Os rebeldes podiam também contar com os peões das estâncias uruguaias, e certo número de gaúchos das suas estâncias no Rio Grande para a invasão.

Nesse contexto as acusações do governo castilhista de que o governo uruguaio acobertava os revolucionários sucedem-se a ponto de criar um grande constrangimento internacional. As queixas reproduziram-se não só através da correspondência oficial como também repercutem na imprensa de lado a lado, sendo, inclusive, atribuída pelos castilhistas a idéia de que os federalistas desejavam anexar o Rio Grande do Sul ao Uruguai, formando uma República à parte do Brasil e que, por este motivo, a República Oriental os ajudava e protegia³².

³² Ana Luiza Setti Reckziegel, “Rio Grande do Sul e Uruguai. Um relacionamento além do paradigma estatal” in Albene Miriam Meneses, et. All. (orgs.), **Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais**. Anais do II Simpósio Internacional de Relações Internacionais. Passo Fundo: Edupf, 1997, pp. 278-279.

Nesta ordem de idéias devemos mostrar também a forma como a historiografia sul-rio-grandense começa a mudar de tom. Se ao longo do século XIX se havia escrito uma história sem maiores preocupações pelas ligações entre o Estado brasileiro e a área platina, agora, finalizando o século XIX, as coisas mudaram e essa preocupação veio de historiadores ligados à política, opositores do Império e, posteriormente, do castilhismo. Historiadores que valorizam as relações que o Estado manteve com o Prata, com o intento de enfatizar a singularidade do estado sulino e sua possibilidade de sobrevivência sem o auxílio do Império, posteriormente da República. Embora, na medida em que triunfa este último sistema político as coisas iriam mudando e as obras fariam propaganda ao novo regime, porém, sem deixar de enaltecer o Estado sulino e suas grandes possibilidades de enlace com os outros estados da federação. Dentre estes cabe destacar Assis Brasil e sua obra *História da república rio-grandense*, 1882, e Alcides Lima, *Historia Popular do Rio Grande do Sul*, e um terceiro: Alfredo Varela, *Rio Grande do Sul: descrição física, histórica e econômica*, 1897. Nestas obras se recria a importância da área platina na configuração racial e geográfica do Rio Grande do Sul; a fusão de costumes, usos, infusão de sangue, etc. Assis Brasil destacava o “contágio”, expressão que usava para identificar os contatos da população sulina com os povos hispano-americanos. Porém, as coisas mudam a partir de 1920, época de efervescência nacionalista no Rio Grande do Sul. Inaugura-se o discurso da historiografia que insiste na origem lusitana do estado sulino e no sentimento de brasilidade de seus habitantes. Guardiã da fronteira, o passado ligado ao separatismo tenta se desmanchar para dar passo à “imagem de um Rio Grande do Sul brasileiro, forte pujante, com líderes capazes de estarem à frente do poder nacional, justificando o seu esforço para alcançá-lo, e finalmente conseguido com a Revolução de 1930. Foi essa a tarefa que os construtores da História gaúcha se impuseram desde a década de 1920”³³

Neste sentido, de criação de uma nova identidade desligada da essência platina, uruguaia, especialmente, o Rio Grande do Sul começa a perceber-se em relação aos “outros” do lado da fronteira. A década de 1920 significa mais um estalido de violência política no Rio Grande do Sul. De novo reaparece o antigo caudilho, Assis Brasil, anti-castilhista na Guerra Civil de 1893-95, agora ressurgia para se opor a mais uma reeleição de Borges de Medeiros e às políticas republicanas questionadas ao longo dessa década. Isto significava mais um conflito com os vizinhos uruguaios se considerarmos que os assisistas tinham propriedades do outro lado da fronteira desde onde organizavam a

³³ Ieda Gutfreind, **Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992, p. 22.

revolução. O Governo gaúcho denunciava a colaboração das autoridades uruguaias com os líderes revolucionários.

Mas, se de um lado os rebeldes sul-rio-grandenses obtinham ajuda de parte de autoridades uruguaias, rebeldes uruguaios obtinham ajuda em armas, dinheiro e até homens para combater o processo de centralização estatal e de reformas sociais que o governo colorado comandado por José Batle y Ordóñez intentava levar para frente desde 1904. Para o ano de 1923 o estalido revolucionário e a formação de milícias no Rio Grande do Sul, coincidiu com eleições nacionais no Uruguai, que deram o triunfo a José Serrato de filiação colorada batlista, o que significou uma importante mobilização da oposição blanca³⁴.

Neste clima e neste cenário nacional e macro-regional Uruguai comemorou cem anos de Independência, no meio de nacionalismos latino-americanos, de continuação da Revolução Mexicana, do governo Irigoyen e os radicais no poder na Argentina e o Chile e da onda nacionalista que perpassa o Brasil de norte ao sul ao comemorar cem anos de independência, sob liderança do governo Epitácio Pessoa. Vive-se um clima de reformas sociais na América Latina e de retomada de uma nova era ligada à identidade, de crítica à modernidade e de volta às raízes latinas, inclusive ao arielismo, proposto pelo uruguaio José Enrique Rodó, ao hispanismo. Porém, enquanto os outros países da América hispânica já haviam comemorado os seus centenários uma década antes, o Uruguai ainda em 1919 e 1920 não sabia onde estava o lugar da memória da nacionalidade. Se na Argentina e no Chile em 1910 haviam-se depositado flores frente aos túmulos de São Martin e Bernardo O'Hugguins; se na Colômbia, Venezuela, Equador e Peru havia-se homenageado os túmulos de Bolívar, Sucre e Santander, no Uruguai não havia certeza se Artigas, Rivera ou Lavalleja mereciam essas honras. O lugar da memória a ser cultuado no Brasil era, com certeza para os paulistanos e cariocas, as margens do Ipiranga. Nos países andinos esses lugares estavam, sem dúvida, em Boyacá, Junín e Ayacucho. No México a nacionalidade tomava força em Dolores de onde partiu o grito pela independência. Em 1920 no Uruguai não se sabia se esse lugar estaria bem representado pela Florida ou Sarandí. E, principalmente, qual a data que estava na memória coletiva? 25 de maio de 1810, 25 de agosto de 1825 ou 18 de julho de 1930? México havia comemorado em 17 de setembro de 1910, a Argentina a 25 de maio, o Chile a 18 de setembro e a Colômbia a 20 de julho do mesmo ano; Brasil o faria a 7 de setembro de 1922. Uruguai havia podido acompanhar os vizinhos hispânicos, mas entendia que 25 de

³⁴ Julia Valeria Chindemi, *op. Cit.*, p. 76.

maio era uma data argentina; contra esse país haviam se independizado ao longo de um doloroso processo.

Em 1919 Alejandro Gallinal, membro do Conselho Nacional de Administração, e o arquiteto Pittamiglio, Ministro de Obras Públicas, apresentaram um projeto para comemorar o Centenário da Independência uruguaia que fora aprovado pelo Poder Executivo. Porém, queixava-se o Deputado José G. Antuna, porque o projeto adormecia ainda numa gaveta do Conselho “um sono que se parece bastante a um letargo definitivo”. Dois motivos eram apontados para isso: um de caráter econômico e outro histórico suscitado na imprensa e no Parlamento. Nenhum dos órgãos encarregados de executar os planos havia feito nada. Obedecendo ao problema, fora criada a Associação Patriótica do Uruguai que promoveu uma série de palestras para debater o problema. A referida Associação acreditava que a festa do Centenário deveria ter sido promovida embora os problemas apontados. Antuna havia sido favorável à organização de uma grande festa da pátria bem seja de forma modesta ou suntuosa, pobre ou milionária, inclusive criando para esse fim a chamada Dívida do Centenário. Mas “la segunda de las causas invocadas, la de carácter histórico contribuyó a la paralización completa de aquellas iniciativas. Nuestro Centenario, se dijo, no debe rememorarse el 25 de agosto de 1925 sino el 18 de Julio de 1930 y en apoyo de esta novedosa fecha conmemorativa de la Independencia Nacional, se han intentado ya algunos alegatos históricos”; Antuna afirmava que “el 18 de Julio de 1930 como centenario de nuestra Independencia, (es) una fecha históricamente absurda e imposible”³⁵. O Deputado apresentou um projeto de lei à Honorable Cámara de Representantes, determinando a data do Centenário. Projeto aprovado pelo Senado e pela Cámara que decretaram no artículo primeiro determinar a data de 25 de agosto de 1925, aniversario da Declaração da Florida, para comemorar o Centenário da Independência Nacional. Estes lugares de memória seriam levantados: os da *Batalla del Cerrito* e da *Campaña de Misiones*, así como “se proyecta la erección de un busto al autor del Himno Nacional Don Francisco Acuña de Figueroa”. A memória estaria muito bem resguardada, pois “se comete al mismo Consejo Nacional de Administración, el estudio de un plan para la erección de un edificio que sea digna sede de la Biblioteca, el Archivo y el Museo Histórico Nacionales”³⁶

³⁵ Palestra do Deputado Nacional José G. Antuna, ministrada na Sala de Atos Públicos do Ateneo, a 24 de agosto de 1921, in José G. Antuna, **La Fecha de Nuestro Centenário**. Montevideú: Imprenta de la Escuela Naval, 1921, pp. 15-78.

³⁶ Projeto do Dr. Alejandro Gallini, apresentado ao Conselho Nacional Administrativo organizando a comemoração d nosso primeiro centenário, in José G. Antuna, **op. Cit.**, pp. 79-95.

Pelas fontes até agora consultadas parece ser que a disputa pelo lugar da memória para comemorar a data da nacionalidade girava em torno de 25 de agosto de 1925 e 18 de julho de 1930. Nesta pesquisa queremos ver a forma como outras datas foram descartadas e quais os motivos. Pela lei de 9 de junho de 1921 foi designada, de novo, uma Comissão Parlamentar, nomeada pela Assembléia Geral da República, com o objeto de estabelecer a data histórica que devia ser eleita para comemorar o Primeiro Centenário da Independência Uruguaia³⁷. Um dos integrantes, eleito como Membro Informante, o deputado Pablo Blanco Acevedo, assim se referia frente à possibilidade de ter-se comemorado outras datas: “El 28 de febrero de 1811, día del Grito de Asencio, o la del 13 de abril de 1813, en que Artigas proclamara la emancipación de la potencia colonizadora, ninguna resume, en la justeza de sus términos, en la determinación exacta de sus propósitos, el concepto de independencia absoluta, como la del 25 de agosto de 1825”. Depois nega 18 de julho e diz que significa apenas o aniversário do juramento à Constituição. Indo contra os defensores 18 de julho de 1930, reunidos também no Ateneo, afirma que estes estariam negando “la importancia del esfuerzo de los que hicieron la Patria con Artigas, o con Rivera y Lavalleja”³⁸.

Ariosto D. González ao refutar o livro de Blanco Acevedo, *Informe sobre la celebración de la fecha Del Centenário*, assegura, contrariando seus opositores, que Artigas não podia ser considerado pai da nacionalidade uruguaia, tendo em conta que o suposto herói nunca lhe deu a independência ao país. Pelo contrario, “sostuvo la federación con las demás Provincias del Rio de la Plata, y así lo declaró tácitamente en las cláusulas 2, 10 y 11 de sus Instrucciones”. Se por uma parte a revolução de 1825, encabeçada pelo general Lavalleja, havia sido aclamada com entusiasmo pelo povo, infelizmente a bandeira que levantara o herói era a da re-incorporação da Província Oriental ou Cisplatina, às suas demais irmãs, as Províncias Unidas do Rio da Prata, afirma González. Por sua parte, “El general Rivera presta su cooperación a la obra en las mismas condiciones que el general Lavalleja”³⁹.

Em um outro de seus informes, Ariosto D. González, em co-autoria com Luis F. Pereira e Enrique Ponce de León, ratificam o pretendido acerca da comemoração do Centenário: este não deveria se comemorar a 25 de agosto e 1925, porém a 18 de julho de

³⁷ A Comissão estava integrada pelos senadores: Santiago Rivas, Carlos Roxlo e pelos deputados: Eduardo Rodríguez Larreta, Ismael Cortinas e Pablo Blanco Acevedo. O Informe sobre a data do Centenário foi entregue aos 15 dias do mês de janeiro de 1922.

³⁸ Pablo Blanco Acevedo, *Informe sobre la Fecha de Celebración del Centenario de la Independencia*. Segunda edição. Montevideo: Impresora Uruguaya, 1940, pp. 12; 15.

³⁹ Ariosto D. González, *El Centenario (Refutación del libro del Dr. Pablo Blanco Acevedo)*. Montevideo: Tipografía Morales, 1923, pp. 71-72.

1930. Abordam o problema das narrativas históricas, onde se atribuem determinadas intenções àqueles que não as tiveram, inventando fábulas que estragam o cérebro da garotada, pronta a acreditar em tudo aquilo escrito em letras de molde, negando documentos que mostram que os fatos não aconteceram como se narram, destruindo e ocultando documentos que jogariam por terra os muitos ídolos de bairro.

Decir que los patricios del año 25 tenían la intención de darnos la independencia absoluta es incurrir en un error colosal, que demuestra la más completa ignorancia de nuestra historia, como demuestra no conocer nuestros anales patrios, también al afirmar que Artigas fue el precursor y el fundador de la nacionalidad oriental⁴⁰.

Desta maneira surgem vários problemas a serem desvendados: se cem anos depois da Independência ainda os intelectuais uruguaios não sabem exatamente qual o lugar da memória da nacionalidade é porque durante o século XIX não haviam sido construídos? Não existe um consenso entre os intelectuais, historiadores ou políticos ao longo da década de 1920? Acreditamos que se ainda em 1919 ou 1920 não se estabeleceu a data comemorativa, também não teriam se afixado os lugares da memória. Porém, surgem outras perguntas: se na década de 1920 não se haviam esclarecido os lugares da memória da nacionalidade e os heróis a serem homenageados, porque em Montevidéu já existia uma praça chamada da Independência e uma enorme estátua equestre de Artigas no centro desta? Também ao norte do país, na fronteira com o Rio Grande do Sul, existiam (ainda hoje) duas províncias cujos nomes lembravam dois heróis da Independência: Rivera e Artigas. Como então, e quando se começou a construir a imagem de Artigas como herói nacional? Desde que ano estabeleceu-se a data de 25 de agosto como um dos marcos da nacionalidade que à época do Centenário estava competindo com 18 de julho de 1830? Porque enquanto em outros países hispano-americanos, tanto no centro quanto nas províncias, havia-se chegado a um consenso acerca dos heróis a serem considerados os fundadores da pátria à época do Centenário, processo estabelecido ao longo do século XIX, no Uruguai de 1920 esse problema não estava resolvido? Finalmente, qual a identidade que o país assumiria à época do Centenário frente a regiões e países do Prata?

⁴⁰ In **El Centenario de la Independencia Nacional. Por la Redacción de la Nueva Era**. Montevidéu; Talleres Gráficos de la “Buena Prensa”, 1921, 94 pp.

Um simples olhar na história do país leva-nos a declarar que se o Uruguai foi o único país da área que enfrentou guerras de Independência contra vários países ou impérios até 1830, era lógico que cem anos depois não havia clareza do lugar e do momento da fundação da sua nacionalidade. Porém, tomando como ponto de comparação a história do Brasil, vemos que, embora a data de independência começa a ficar clara em 1924 (7 de setembro de 1822), cem anos depois as memórias estavam divididas entre monárquicos e republicanos, como no Uruguai da mesma época. Porém, nos países hispano-americanos à época do Centenário já haviam resolvido o problema e, tanto nas províncias, quanto nas capitais, não houve dúvidas sobre esses lugares da memória e seus respectivos heróis.

De momento, e baseados nas fontes secundárias antes mencionadas, queremos dar algumas respostas hipotéticas: em primeiro lugar, não descartamos o que já fora colocado anteriormente: o fato do Uruguai ter enfrentado um prolongado e penoso processo de Independência até 1830 teria contribuído certamente à confusão em torno da construção dos lugares da memória e a identidade uruguaia na década de 1920. Em segundo lugar, acreditamos que no Uruguai teria acontecido um processo similar ao ocorrido na Colômbia do Centenário em 1910 e, inclusive, durante o século XX: o enfrentamento entre federalistas e centralistas ou entre liberais e conservadores provocaram uma cruel guerra civil, que levou os colombianos a não se identificarem com um Estado nacional baseado na agro-exportação como havia acontecido no Chile e na Argentina; a guerra civil impediu que o material acabasse triunfando sobre o simbólico, e, ao invés disso, o político triunfaria sobre o material. Os partidos Liberal e Conservador serviriam de base para a construção da identidade colombiana; ao longo da história do país, os colombianos seriam liberais ou conservadores e a identificação simbólica giraria em torno desse processo político. No Uruguai teria acontecido igual, a fundação dos partidos Blanco e Colorado teria impedido a construção de uma outra identidade, o indivíduo não teria encontrado outros veículos de sentimento pátrio.⁴¹

Porque vários setores intelectuais uruguaio à época do Centenário negam a memória em torno de homens como Artigas, já construído como herói em 1920? Acreditamos que o Uruguai em conflito constante com o Rio Grande do Sul, especialmente nesta época de retomada de uma identidade lusa em detrimento da platina,

⁴¹ Queremos mencionar aqui a obra de Francisco Paniza, “El Liberalismo y sus “otros”: la construcción del imaginario liberal en el Uruguay (1850-1930). **Cuadernos del CLAEH**, ano 14, número 50, 1989, pp. 31-44. O autor tenta mostrar a forma como o liberalismo neste país tem sido o veículo construtivo da idéia, da legitimidade e da reprodução da Nação.

teria tomado certas medidas contra aqueles que tentavam criar uma identidade usando-os como referência negativa. Se o Rio Grande do Sul assumia uma postura de arrogância, mostrando sua ativa participação econômica e política como um Estado que queria o poder nacional, olhando o vizinho do Prata como um problema a resolver, o Uruguai tentaria mostrar que também era um país rico com possibilidades de protagonismo. Quicá lhe interessava acabar com a imagem de Estado tampão, de apêndice histórica dos argentinos e brasileiros; mas para isso, o país não podia se identificar com um herói que havia tentado levar a cabo reformas sociais liderando um exercito de negros, gaúchos pobres e indígenas das missões. Embora Artigas estivesse presente na Praça da Independência, à época do Centenário iriam tentar, por todos os meios, desmanchar a imagem do herói e identificar o país com os diplomatas que negociaram a independência entre 1828 e 1830, e não com Rivera e Lavalleja e muito menos com Artigas. Finalmente, se os batlistas desde 1904 estavam retomando a imagem de Artigas e seu famoso projeto de reforma agrária, tentando dar-lhe continuidade na década de 1920 quando assumem de novo o poder (1924), interessava à oposição acabar com a imagem do revolucionário.

Na medida em que outras sociedades delineiam suas identidades, especialmente no Rio Grande do Sul, onde se tenta homogeneizar e assim retirar a imagem de Estado platino e desertor, detendo a imagem de Estado exclusivamente luso, os intelectuais uruguaios também tentam identificar o país com a raça branca, retirando o índio, o caboclo e o negro da imagem do país. Isto fica claro nas obras literárias publicadas na época: Alberto Zum Felde, *Proceso histórico Del Uruguay y critica de su literatura*⁴²; *Proceso histórico Del Uruguay. Esquema de una sociologia nacional*. Para este autor, os elementos indígenas no momento da conquista foram tribos obscuras, sem civilização e sem historia e não aportaram elemento algum à formação da sociedade colonial. “Sua historia além se ser desconhecida não nos interessa”⁴³. As obras oficiais comemorativas do Centenário também trouxeram a tom essa problemática sobre a branquitude uruguiaia. Numa delas afirma-se que é o Uruguai “la única nación de América que puede hacer la afirmación categórica de que dentro de sus límites territoriales no contiene un solo núcleo que recuerde su población aborigen. Los últimos charrúas desaparecieron como

⁴² Montevideu: Imprenta Nacional Colorada, 1930.

⁴³ Francisco Zum Felde, **Proceso histórico del Uruguay**. Montevideu: Maximiliano García, 1919, p. 11.

tribu en el rincón de Yacaré Cururú en el año 1832 y desde aquel lejano instante quedó la tierra uruguaya en posesión absoluta de la raza europea y sus descendientes”⁴⁴.

Se bem em 1910 os países hispânicos e Brasil haviam negado a existência de outras sociedades na sua composição identitária, na década de 1920, os novos direcionamentos políticos nacionais e internacionais os haviam levado a tomar outra postura. Na Argentina governada pela classe media, Hipólito Irigoyen estava obrigando o país a se voltar para sua própria realidade, incluindo àqueles que foram negados no Centenário; igual no Brasil de 1919-1922 e no Chile da década de 1920 durante o governo Alessandri e os radicais. Porém no Uruguai, como pode-se perceber pelas fontes até agora consultadas, contrasta com os processos identitários dos países da América Latina e Brasil. Acreditamos finalmente que reviver a história do Uruguai foi um dos objetivos principais dos participantes da comemoração do Primeiro Centenário da Independência no país, para assim, poder entretecer os novos lugares da memória da nacionalidade uruguaia e a identidade em confronto com os vizinhos do Prata. Nessa história se mostrariam as disputas entre Portugal e Espanha pelo controle da Banda Oriental e posteriormente os enfrentamentos entre o Brasil e a Argentina pela hegemonia na região. Cem anos depois, esses protagonistas seriam colocados como os inimigos históricos do país e assim mostrar as diferenças com os vizinhos para poder criar a identidade própria no meio da região platina geográfica e etnicamente parecida. No marco das relações internacionais à época do Centenário, nos interessa mostrar a forma como o país tenta justificar a Guerra da Tríplice Aliança e quais as relações como o Paraguai 50 anos após a Guerra. Como o Uruguai redefine a sua política externa se ainda poucos anos atrás havia sido considerado como um país tampão? A pergunta final é a seguinte: se os batlistas assumem o poder em 1924, por que não comemoraram a 25 de agosto de 1925, como pretendiam os brancos no poder antes dessa data, senão a 18 de julho de 1930?

OS OBJETIVOS

Reconstruir a identidade assumida pela elite uruguaia na década de 1920, na disputa entre brancos e colorados, em torno da comemoração do Primeiro Centenário da Independência.

Identificar a disputa em torno dos lugares da memória da nacionalidade e a forma como foram construídos ao longo do século XIX.

⁴⁴ **El libro del Centenario del Uruguay**. 25 de agosto de 1925. Montevideu: Agencia Publicidad Capurro y Compañía, 1925, p. 6.

Examinar o tipo de relações internacionais e regionais que os ajudaram a construir à sua identidade na região do Prata.

Privilegiar o momento festivo (18 de julho de 1930) como observatório do momento da redefinição da Identidade uruguaia.

Analisar o tipo de imaginários usados pela elite uruguaia como mecanismo de redefinição da sua identidade à época do Centenário.

AS FONTES

As fontes secundárias que oferecerão os subsídios adequados para o desenvolvimento deste projeto, em parte, já estão especificadas em notas de rodapé. Outras de caráter primário já foram localizadas em arquivos em Montevideu, porém ainda falta uma pesquisa pormenorizada que nos ajudem a desenvolver os objetivos propostos. Para isso, o autor planeja uma viagem de pesquisa ao Uruguai em julho de 2006, na busca especialmente de fontes provenientes de jornais e discursos do centenário.

O autor pretende desenvolver os objetivos em torno da disputa pelos lugares da memória e a identidade ao longo de 2006, sendo que parte conclusiva do trabalho poderá ser publicada até meados desse ano. A parte sobre a construção da identidade e dos lugares da memória durante o século XIX será produzida entre agosto de 2006 e junho de 2007 quando estarei concluindo a pesquisa proposta.

BIBLIOGRAFÍA

Fuentes Primarias:

ANTUNA, José G., **La Fecha de Nuestro Centenário**. Montevideo: Imprenta de la Escuela Naval, 1921.

BLANCO ACEVEDO, Pablo, **Informe sobre la Fecha de Celebración del Centenario de la Independencia**. Segunda edição. Montevideo: Impresora Uruguaya, 1940.

CASTELLANOS, Alfredo, **Conmemoración de la Declaratoria de la Independencia: 25 de agosto de 1825**. Sesión Solemne realizada el día 25 de agosto de 1970. Montevideo: Junta Departamental de Montevideo. Biblioteca “José Artigas”, Impresora Record, 1970.

El Centenario de la Independencia Nacional. Por la Redacción de la Nueva Era. Montevideu; Talleres Gráficos de la “Buena Prensa”, 1921.

El libro del Centenário del Uruguay. 25 de agosto de 1925. Montevideo: Agencia Publicidad Capurro y Compañía, 1925.

GONZÁLEZ, Ariosto D., “A República do Uruguai de 1830 até nossos dias” in Ricardo Levene (org.), **História das Américas**, vol. IX. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: W.M. Jackson, Inc, 1947.

GONZÁLEZ, Ariosto D., **El Centenario (Refutación del libro del Dr. Pablo Blanco Acevedo)**. Montevideo: Tipografía Morales, 1923.

LÓPEZ LOMBA, Ramón, **Programa Conmemorativo del Primer Centenario del Uruguay**. Montevideo, 1929, s/nombre de la editora.

PROGRAMA de festejos que realizará el Comité “Juventud del Centenario”. Pro Semana Social. En conmemoración del primer Centenario de nuestra Independencia, 1830-1930. Montevideo, Julio 1930, s/editora.

ZUM FELDE, Francisco, **Proceso histórico del Uruguay y crítica de su literatura**. Montevideo: Imprenta Nacional Colorada, 1930.

ZUM FELDE, Francisco, **Proceso histórico del Uruguay**. Montevideu: Maximiliano García, 1919.

Fuentes secundarias:

ANDERSON, Benedict, **Comunidades imaginadas. Reflexiones sobre el origen y la difusión del nacionalismo**. México: F.C.E., 1993.

BARTOLOMÉ, Miguel Alberto, **Gente de costumbre y gente de razón. Las identidades étnicas en México**. México: INI, Siglo XXI, 1996.

BETHEL, Leslie (org.), **Historia da América Latina**, vol III, **Da Independência até 1870**. São Paulo-Brasília: Edusp, FUNAG, Imprensa Oficial, 2001

CARVALHO, José Murilo de, **A formação das almas. O imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 2003;

CASTELLANOS, Alfredo, **La Cisplatina, la Independencia y la República Caudillesca (1820-1838)**. Montevideo; Ediciones de la Banda Oriental, 1975.

CERVO, Amado Luiz & RAPOPORT, Mario, **Historia do Cone Sul**. Brasília: UNB; Revan, 1998;

CHINDEMI, Julia Valeria, **Las tradiciones de frontera internacional en Río Grande del Sur: un análisis en la larga duración**. Brasília: UNB, tesis de maestrado, 1999

DEVÉS VALDÉS, Eduardo, "El concepto de identidad en las ciencias humanas y en la política", in: **Textos de História**, Brasília, UNB, Vol. 4, N° 1, 1996.

DORATIOTO MONTEOLIVA, Fernando, **As relações entre o Brasil e o Paraguai (1889-1930): do afastamento pragmático à reaproximação cautelosa**. Brasília: UNB, 1997. Tesis de doctorado.

FUNES, Patricia, "Centenarios en contrapunto, Uruguay y Argentina". Ponencia presentada en la ANPHLAC, Sao Paulo, 2000.

GRIMES, Ronald L., **Símbolo y conquista. Rituales y teatro en Santa Fe, Nuevo México**. México: F.C.E., 1981.

GUTFREIND, Ieda, **Historiografia Rio-Grandense**. Porto Alegre: UFRGS, 1992.

HALBWACHS, Maurice, **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, Editora Revista dos Tribunais, 1990.

HALL, Stuart, **As Identidades Culturais na Pós-Modernidade**, Rio de Janeiro, DP&A, 1997.

HALPERIN DONGHI, Tulio, **Historia Contemporánea de America Latina**. Buenos Aires: Alianza, 1986,

HEREDIA, Edmundo, **El império del guano. América Latina ante la guerra de España en el Pacífico**. Córdoba (Argentina): Alción Editora, 1998.

HOBSBAWM, Eric, **A invenção das tradições**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997

KONIG, Hans-Joachim, **En el camino hacia la nación. Nacionalismo en el proceso de formación del Estado y de la Nación de la Nueva Granada, 1750-1856**. Bogotá: Banco de la República, 1994.

LARRAIN IBÁÑEZ, Joege, **Modernidad, razón e identidad en América Latina**. Santiago de Chile: Andrés Bello, 1996.

LEDEZMA MENESES, Gerson G., "*Cen anos de solidão* na comemoração do Primeiro Centenário da Independência na Colômbia e em Cali" in **Textos de História**, vol. 7, números 1 y 2, Brasília, 1999.

LEDEZMA MENESES, Gerson G. **Festa e forças profundas na comemoração do Primeiro Centenario da Independência na América Latina (Estudos comparativos entre Colômbia, Argentina, Chile e Brasil)**. Universidad de Brasília, UNB: Tesis de doctorado, 2000.

LEVENE, Ricardo (org.), **História das Américas**, vol. IX. São Paulo, Rio de Janeiro, Porto Alegre: W.M. Jackson, Inc., 1947

LINCH, John, "As repúblicas do Prata da independência à Guerra do Paraguai", in Leslie Bethel (org.), **Historia da América Latina**, vol III, **Da Independência até 1870**. São Paulo-Brasília: Edusp, FUNAG, Imprensa Oficial, 2001.

MAGNOLI, Demetrio, **O Corpo da Pátria, Imaginação geográfica e política externa no Brasil (1808-1912)**. São Paulo: Unesp, Moderna, 1997.

MENESES, Albene Miriam, et. All. (orgs.), **Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais**. Anais do II Simpósio Internacional de Relações Internacionais. Passo Fundo: Ediupf, 1997.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto, **O expansionismo Brasileiro**. Rio de Janeiro: Philobiblion, 1985.

MORAIS FERREIRA, Marieta de & AMADO, Janaina (orgs.), **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998

MURIÁ, José Maria, “El cuarto centenario del descubrimiento de América” in Leopoldo Zea (compilador), **El descubrimiento de América y su sentido actual**. México: FCE, 1992, pp. 121-130.

OZOUF, Mona, **La fête révolutionnaire, 1789-1799**. París : Gallimard, 1976.

NORA, Pierre, **Lex Lieux de mémoire**. París : Gallimard, 1997.

PANIZA, Francisco, “El Liberalismo y sus ‘otros’: la construcción del imaginario liberal en el Uruguay (1850-1930)” **Cuadernos del CLAEH**, año 14, número 50, 1989, pp. 31-44.

PLASENCIA DE LA PARRA, Enrique, **Independencia y nacionalismo a la luz del discurso conmemorativo (1825-1867)**. México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes, 1991, p. 9.

PORTELLI, Alessandro, “O massacre de Civitella Val di Chiana (Toscana, 29 de junho de 1944): mito e política, luto e senso comum” in Marieta de Moraes Ferreira & Janaina Amado (orgs.), **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1998, pp. 126 y 127.

SETTI RECKZIEGEL, Ana Luiza, “Rio Grande do Sul e Uruguai. Um relacionamento além do paradigma estatal” in Albene Miriam Meneses, et. All. (orgs.), **Estados Americanos: Relações Continentais e Intercontinentais**. Anais do II Simpósio Internacional de Relações Internacionais. Passo Fundo: Ediupf, 1997, pp. 278-279.

ZEa, Leopoldo (compilador), **El descubrimiento de América y su sentido actual**. México: FCE, 1992.